

PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E POLÍTICAS TERRITORIAIS NA ETIÓPIA*

Cláudio Greppi**

1. Premissa

As políticas de transferência de população rural de curta e longa distâncias, objeto de observações polêmicas na imprensa internacional¹, podem ser lidas como políticas urbanas ao avesso; especialmente o controle dos movimentos migratórios confinados entre canais influi muito sobre a contenção do desenvolvimento da capital. As polêmicas em andamento nos últimos anos dão conta apenas dos dados conjunturais: a emergência, a fome, a brutalidade, a violação dos direitos humanos. Tanto os prós como os contras referem-se a uma situação de crise mais do que à perspectiva duma disposição conjunta que põe em discussão as questões estruturais da subsistência num país pobre. A questão que pretendo discutir aqui é a da relação entre políticas de transferência da população rural e a reordenação do sistema urbano, relação, em muitos casos, implícitas, nas escolhas gerais, mesmo quando não se trata dela de

*Traduzido por Silvino José Assmann, Professor do Depto. de Filosofia da UFSC.

**Prof. de Geografia na Università degli studi di Ferrara.

maneira direta. O caso etíope apresenta, evidentemente, algumas características próprias, seja no contexto dos países africanos, seja no dos países com economia centralizada. Não podemos deixar de tomá-lo em conta. Mas existem igualmente possibilidades de confronto com outras situações em contextos diversos, que vale a pena enfrentar neste encontro.

2. Revolução e reforma agrária

O contexto político/institucional no qual se desenrolam os processos atuais não pode ser reduzido ao estereótipo caricatural dum país socialista africano da segunda geração (a dos anos setenta), onde as proclamações ideológicas são apenas a cobertura dum sistema militar autoritário. Os componentes autoritários são redutíveis mais à herança do regime imperial passado² do que ao socialista. A revolução de 1974 assinala uma ruptura muito mais radical a nível económico do que a nível político. A reforma agrária efetuou uma profunda transformação nas relações de produção, mesmo que em muitos casos as potencialidades abertas tenham ocasionado apenas uma distribuição mais equilibrada dos produtos³. A nacionalização da terra (e a conseguinte concessão através das Peasant Associations) devia ser só um primeiro passo para a reestruturação dos sistemas de produção. De fato, constituiu-se muitas vezes no único passo, enquanto a lógica da exploração apenas mudou de natureza. A um mecanismo de "acaparramento" (aquisição de produtos em grande quantidade para especular sobre o provável aumento de preço) e de redistribuição dos produtos sob o controle dos senhores tradicionais seguiu-se um sistema de duplo mercado, o dirigido pelos produtores e o que passa pelas agências estatais. Teoricamente, a repartição das quotas deveria ser de 50%, metade do surplus para o Estado, metade no mercado (onde os preços podem ser até dobrados para os camponeses, enquanto alcançam a cidade com preços quatro vezes maiores em proveito dos intermediários). Contudo a parte que toca ao Estado (que aliás cobre apenas parte da provisão urbana, enquanto é absorvida em grande medida pelo exército) é função da

possibilidade técnica de exercer o poder de controle, a saber, função inversa à possibilidade por parte dos produtores de fugir ao controle, utilizando canais informais para alcançar o consumo urbano. Tudo isso sob a condição de que pelo menos exista um surplus, condição que veio a faltar muitas vezes, em muitas regiões, nos últimos anos, tanto devido a razões climáticas quanto, em geral, devido ao incremento da população rural que, mesmo assim, eliminou aquilo que podia equivaler a uma margem de surplus no fim do regime passado. Mas a relação entre população e recursos constitui apenas um dos elementos; para se ter uma idéia das condições reais em que vivem ou poderiam viver as regiões rurais, é preciso considerar não só o déficit ou o surplus de produtos para a subsistência, mas também maiores ou menores possibilidades de usufruir dos mercados urbanos, seja do ponto de vista da procura seja do da oferta.

3. Sistemas tradicionais de produção agrária

O que são, porém, os centros urbanos na Etiópia? Antes de observarmos a situação atual (documentável com base no primeiro e verdadeiro censo, que é de 1984), é necessário considerar alguns aspectos originários acerca da relação cidade-campo neste país. Com respeito a outras sociedades africanas, a etíope desenvolveu um sistema de produção agrária baseado no arado e na associação para a criação de animais, que permitiu a fixação no altiplano de populações relativamente densas (onde hoje encontramos de 60 a 100 habitantes por quilômetro quadrado), dominadas pela cultura abissínia (amhara ou tigrina). Densidades ainda maiores registram-se onde outros povos originários (gurage, hadyia, wolayta) se refugiaram diante das invasões amhara e oromo e desenvolveram culturas intensivas do tipo "asiático". Trata-se de regiões nas quais encontramos atualmente densidades superiores a 200 e até 400 habitantes por quilômetro quadrado, sem dúvida entre as mais elevadas de toda a África. Ao redor destas áreas, nas planícies, mas também mais para o norte nas faixas temperadas da **dega**,

As sucessivas ondas de penetração por parte dos oromos, entre os séculos XVI e XVIII, difundiram um sistema agropastoril semi-itinerante que apresenta ainda hoje baixa densidade (30-50 habitantes por quilômetro quadrado). Estes elementos servem para rejeitar uma tese que em geral é apresentada como óbvia, a de que com um determinado nível de densidade rural se desenvolvem "naturalmente" as condições para a urbanização. É o que sustenta, por exemplo, Paul Bairoch em *De Jérico à México*⁴. Vice-versa, as sociedades etíopes, assim como muitas outras sociedades africanas, oferecem exemplos de sistemas rurais altamente desenvolvidos, onde mesmo o cumprimento de funções urbanas (civis, religiosas, militares) ligado à divisão social do trabalho, não ocasiona **necessariamente** a formação de cidades. O termo "amárico" (dos amaras) para definir as cidades de hoje (**ketema**) significa originalmente nada menos que acampamento militar e era usado para definir as guarnições imperiais localizadas ao sul no fim do século passado, à medida que se realizava a conquista por parte de Menelik, cuja localização não coincidia necessariamente com a de outras funções. Em zonas de elevada densidade rural, as funções urbanas podem efetuar-se (ainda hoje) em locais separados, usados permanentemente (igrejas) ou saltuariamente (mercados). Exatamente as regiões de máxima densidade rural são aquelas nas quais a urbanização pode estar de todo ausente pelo menos na forma física da cidade construída.

4. Hierarquia urbana

"A urbanização na Etiópia — escrevia John Markakis em 1974, às vésperas da revolução — é um fenômeno recente condicionado por fatores históricos". A fundação da capital remonta a cem anos atrás, ao fim do processo de unificação imperial; aquela de muitas capitais regionais, ao período de ocupação italiana; a doutros centros que hoje têm um mínimo de consistência, ao desenvolvimento da rede de comunicação neste pós-guerra. No início dos anos setenta, após um decênio de abertura do regime imperial aos interesses do capital interna-

cional, o quadro que se tinha, das poucas estimativas disponíveis, era o seguinte:

- uma população urbana que, no conjunto, não alcançava os 10% da população total;
- uma capital que, com cerca de 600.000 habitantes, representava pouco mais de um terço da população urbana;
- um grupo de dez cidades entre 20.000 e 60.000 habitantes que contava com 15% do total;
- uma multidão de pequenos e pequeníssimos "centros urbanos": mais de duzentos.

Um caso à parte era (e é) constituído por Asmara, reduzida com a anexação da Eritreia como capital regional, em posição intermediária entre Adis Abeba e as dez maiores cidades.

A situação registrada portanto quinze anos após o primeiro censo geral (1984) apresenta-se surpreendentemente similar⁵: no conjunto, a população urbana superou de pouco os 10%, considerando esta vez um número de centros ainda maior (322: compreendidos 25 abaixo dos dois mil habitantes). O crescimento urbano foi levemente superior ao rural, não obstante as "estimativas" previssem ritmo maior do que o dobro. O peso da capital sobre a população urbana gira ainda por volta dos 32,4%, enquanto o das dez cidades intermediárias (que agora contam entre 50.000 e 100.000 habitantes) é ainda de 15,4%. Mais abaixo, seguindo os níveis de hierarquia urbana, encontramos agora outros doze centros entre 20.000 e 40.000 habitantes, e outros trinta e nove entre 10.000 e 20.000; quase um quarto da população urbana está reunida em 259 centros urbanos com população inferior aos 10.000 habitantes. Portanto, trata-se de um sistema urbano que não decola, quer pelas escassas atrações de ocupação, quer devido a políticas decididamente anti-urbanas, como a separação institucional entre "urbanos" (membros duma Dwellers Association) e "rurais" (membros duma Peasant Association), que exclui os primeiros do mecanismo de redistribuição da terra e desencoraja os segundos a desenvolverem outras atividades senão a agrícola. Políticas que se explicam com a necessidade de conter eventuais fluxos migratórios para a capital, mas que acabam por agir no mesmo sentido também com relação aos centros menores.

Tabela 1 - População urbana por classes de cidade

	CLASSE	POP. 1984	%
A	Adis Abeba	1.412.575	32,46
B	Asmara	275.385	6,33
C	Cidades com 100-50.000 habitantes	668.610	15,36
D	Cidades com 40-20.000 habitantes	373.695	8,59
E	Cidades com 20-10.000 habitantes	516.057	11,90
F	Cidades com menos de 10.000 hab.	1.103.782	25,36
	TOTAL	4.352.104	100,00

FONTE: Central Statistical Office, 1984.

5. Centro e periferia

A distribuição espacial dos centros urbanos, assim como se pode esperar a partir das rápidas observações feitas acerca da sua origem, é totalmente independente do quadro das regiões rurais. A capital está no centro, em posição de fecho com relação à Abissínia original e às conquistas do século XIX. Ao redor dela perfilam-se as estradas radiais que ainda são aquelas traçadas durante os breves anos de ocupação italiana; ao longo das radiais, encontramos centros de importância local a cada 20 quilômetros, de importância provincial a cada 100-120 quilômetros do centro, e de importância regional a cada 300-350 quilômetros. Christaller ficaria satisfeito com isso se esta distribuição hierárquica tivesse a ver com os mercados (com o interior) e não só com o centro, com o sistema de poder, colonial, imperial, socialista que seja. Entre as seis diretrizes radiais observam-se diferenças de peso (também em termos de peso demográfico dos respectivos centros) que refletem a hierarquia das vias de comunicação com o exterior: a mais importante, sob todos os aspectos, é a oriental, que liga Adis Abeba ao porto de Assab e (por ferrovia) a Djibuti; menos importante é a do sudoeste, que liga as regiões mais densamente povoadas. Assim, as regiões que circundam aquela

sud-ovest che collega le regioni più densamente popolate. Così le regioni le regioni che circondano quella centrale, lo Shoa, non sono che appendici di questa: hanno una "capitale", che in genere è situata più vicino possibile al confine della regione centrale. Mentre una struttura relativamente autonoma la si può trovare solo dove esistevano sistemi politici locali indipendenti dall'Etiopia, come in Eritrea e in Hararge. In queste condizioni è perfino discutibile l'uso del termine "regione", se non in riferimento ai poteri amministrativi (del resto assai limitati): il rapporto fra il centro e la periferia non passa per i successivi livelli della gerarchia territoriale. Il centro, la capitale, stabilisce direttamente

Tab. 2 - Popolazione urbana per regione

REGIONE	POP. URB.	%
Addis Abeba	1.412.575	32,46
Arsi	108.909	2,50
Bale	67.592	1,55
Eritrea	407.486	9,36
Gamo Gofa	52.099	1,20
Gojam	217.031	4,99
Gondar	205.840	4,73
Hararghe	282.515	6,49
Illubabor	50.796	1,17
Kaffa	123.986	2,85
Shoa	615.823	14,15
Sidamo	232.691	5,35
Tigrai	234.806	5,40
Wollega	119.663	2,75
Wollo	220.292	5,06
TOTAL	4.352.104	100,00

FONTE: Central Statistical Office, 1984.

central, o Shoa, são sã apêndices desta: têm uma "capital" que, em geral, está situada o mais perto possível da fronteira da região central. Por sua vez se pode encontrar uma estrutura relativamente autônoma apenas onde existiam sistemas políticos locais independentes da Etiópia, como ocorre na Eritreia e em Hararge. Nestas condições, é até discutível o uso do termo "região", a não ser com referência aos poderes administrativos (de resto, bastante limitados): a relação entre o centro e a periferia não passa pelos sucessivos níveis da hierarquia territorial. O centro, a capital, estabelece diretamente uma série de circuitos privilegiados com áreas de produção especializada (em geral sob o controle direto do Estado) ou também áreas de abastecimento espontâneo, quem sabe a distâncias capazes de tornar o transporte (de produtos pobres, como, por exemplo, a lenha) absolutamente anti-econômico. Se Adis Abeba não vive só de importações, como outras capitais africanas, isso se deve ao fato de que alguns gêneros de consumo primário não são produzidos senão na Etiópia. A rede de abastecimento é descontínua: as áreas rurais mais próximas à capital podem ser dela excluídas, relegadas ao estado da pura subsistência, mesmo quando as potencialidades produtivas não sejam inferiores àquelas de áreas mais longínquas, integradas no mercado comum. Culturas para a exportação (como o café) e culturas para o consumo interno (cereais) seguem a mesma lógica: espaços produtivos limitados na periferia e redistribuição ao centro. Faltam os níveis intermediários, e assim não há papel para os núcleos urbanos menores: estes dependem unicamente do centro, constituindo os terminais do sistema de poder. Em vasta medida, a relação entre as cidades menores e o interior de cada uma delas passa pela capital.

6. Terras "virgens" e transferências de população

Esta situação paradoxal é o resultado das escolhas efetuadas na fase do "desenvolvimento", ou seja, da abertura aos investimentos internacionais, que caracterizou os últimos quinze anos de regime imperial. As terras a valorizar eram as da planície de clima tropical (a kolla) adequadas para produ-

ções destinadas à exportação, segundo a lógica da "plantation" colonial. No decurso dos anos sessenta, os projetos de valorização multiplicam-se: alguns são realizados com a chegada de capital e know-how holandês ou norte-americano, ao longo do vale de Awash; outros ficam na gaveta até que o Fondo Aiuti (Fundo de Ajuda) de Francisco Forte os redescubra, como é o caso do projeto do vale de Beles. Importa sublinhar que muitos projetos, que hoje se discutem e para os quais chegam os financiamentos de emergência, nasceram naquela fase e, portanto, segundo uma lógica que, para simplificar, podemos definir "de plantation", lógica que, entre outras coisas, compreende o reassentamento da população envolvida nos projetos. Teoricamente, a diferença entre projetos do tipo "plantation" e projetos de reassentamento reside na finalidade que se assume como prioritária: no primeiro caso, é a valorização duma área, no segundo, a sobrevivência duma parcela de população, deslocada duma área com déficit alimentar. As "plantations" de Awash (Nura Hira, Metehara, Awara Melka, Gewane) foram realizadas nos anos sessenta em nome do desenvolvimento, em territórios subtraídos aos percursos dos nômades Kereyu e Afar (com a cumplicidade dos respectivos chefes), e com o consentimento internacional; hoje são State Farms (colônias agrícolas estatais) em situação deficitária (porque custa caro sustentar o ciclo integral da reprodução) que, contudo, poderiam cumprir um papel no processo de inovação agro-alimentar, contanto que encontrassem formas de integração com o setor da agricultura camponesa local. Os reassentamentos dos anos oitenta nos vales da parte interna (Baro, Dedissa, Beles) são executados em nome da emergência, em territórios que as populações locais (ainda chamadas "shankalla", ou seja, escravos) não foram capazes nem de reivindicar nem sequer de contratar no mercado. O aspecto coercitivo do recrutamento de força-trabalho desta vez é claro: aparecem neófitos da defesa dos direitos humanos e encontram crédito as explicações em chave geopolítica⁶. Como se uma solução "suave" do problema da transferência de dezenas — e depois centenas — de milhares de camponeses fosse possível em termos humanitários, como se as deserções em massa fossem exclusivamente efeito da brutalidade exercida no momento do recrutamento. Esta atitude (comum entre a maioria dos observadores europeus) impede que

se faça, a propósito dos reassentamentos, uma crítica muito mais radical, segundo a qual os limites destas operações não consistem apenas nos procedimentos adotados, mas se tratam de limites estruturais dependentes das escolhas políticas originárias que, além disso, não são senão a reproposição de velhos modelos "imperiais". Aliás, é através dos procedimentos que — pelo menos nalguns casos — o regime de Menghistu buscou obter um consenso político, enviando para a frente quadros mais confiáveis, vanguarda do partido, para prepararem o terreno com vistas à sucessiva colonização. Solução esta que, do ponto de vista da (pretensa) geopolítica, é certamente mais razoável que a de concentrar inimigos do regime em áreas essencialmente controláveis de fronteira.

Contudo os limites da operação de reassentamento são sobretudo outros, e bem mais relevantes: podemos resumi-los no caráter marginal das áreas escolhidas, do qual dependem em última análise a orientação cultural (baseada nos farming systems de importação), a falta de circuitos urbanos e, portanto, a dependência total das escolhas econômicas centrais⁷.

7. Política de nucleação rural

Numa fase intermediária entre a das "plantations" e a da "emergência", havia sido seguido também um caminho alternativo, com projetos de reassentamento em áreas não marginais, destinados a acolher prófugos da guerra com a Somália ou marginalizados urbanos. Também nestes casos, a integração com as áreas rurais circunstantes revelou-se problemática, quando não surgiram verdadeiros conflitos com as Peasant Associations locais, a respeito da distribuição da terra. Bem mais radical nos seus efeitos sobre o sistema rural tradicional, é a outra estratégia adotada pelo regime nos últimos anos: a da nucleação rural. Neste caso, trata-se de reformular completamente a geografia dos assentamentos, envolvendo não só aquela que é considerada população excedente, mas toda a massa rural. Teoricamente trinta milhões de camponeses devem em pouco tempo (ou melhor, muito depressa) seguir a diretriz de transferir o próprio tukul para núcleos de cinco a dez mil habitantes, com distância de alguns quilômetros (às vezes até de algumas dezes-

nas de quilômetros). Nestas condições, os camponeses poderiam usufruir de serviços sociais e sanitários, de infraestruturas (água, luz, transportes), da proteção de um posto policial e da sede do partido. A operação foi confiada exatamente às estruturas de partido apenas constituídas, para sublinhar o seu caráter eminentemente político. Isso contribuiu em muitos casos para anular desde o início aquelas que podiam ser as vantagens oferecidas por uma boa escolha de localização. Mas também aqui não é o processo aos procedimentos que conta. O sistema dos núcleos foi visto em função do controle político central, e não dos reais interesses locais. Mesmo o pequeno comércio de produtos urbanos, assim como o fornecimento de sementes e de utensílios de trabalho passa através do Estado, mediante o Service Cooperative (Serviço Cooperativo), que exerce também a tarefa da cobrança da quota de produtos para o Agricultural Marketing Corporation. Os camponeses devem por definição continuar tais, mesmo que sejam excedentes; não são autorizados a desenvolver atividades produtivas ou comerciais, que cabem aos urbanos. Também o sistema dos núcleos apresenta-se por isso como circuito separado, que pode entrar em comunicação com o urbano somente através da mediação do Estado.

8. Balanço população-recursos: um modelo alternativo

Nas pesquisas feitas entre 1984 e 1985 para o Master Plan de Adis Abeba (projeto de cooperação ítalo-etíope dirigido pelo Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza) haviam sido projetadas linhas de política territorial alternativas para construir um cenário regional que oferecesse um quadro de referência ao desenvolvimento da capital⁸. Havia sido consideradas, por exemplo, as possibilidades de desenvolvimento duma agricultura em função do mercado urbano em volta da cidade, as condições para o revigoramento dos centros urbanos intermediários e da rede daqueles centros menores. O balanço dos recursos e do mercado de trabalho na região central, projetado para vinte anos, mostrava que antes de se adotarem medidas de transferência de longa distância para a população excedente, poderiam ser oferecidas oportunidades de trabalho em áreas de desenvolvimento agrícola no interior da mesma região ou em atividades urbanas, nos centros menores ou nas cidades inter-

mediárias mais do que na capital, já bastante hipertrofiada. Em especial, projetavam-se alternativas "vizinhas" para os chamados workers-off-farm (trabalhadores fora de fazenda), mão-de-obra excedente das necessidades agrícolas já no estado atual do sistema cultural, cuja disponibilidade pode ser vista como a condição para o início, a partir de baixo, de um processo de urbanização primária que a Etiópia jamais conheceu⁹.

Infelizmente, a crise destes anos colocou a relação população — recursos, em termos de sobrevivência alimentar, antes ainda do que de estruturas produtivas e oportunidades de ocupação. O caminho mais viável pareceu ser o dos grandes projetos de valorização dos vales "virgens", que era também o caminho mais caro, quer humana quer economicamente. Os acontecimentos sucessivos, que procurei analisar, confirmam que o problema principal para sair da rigidez do centralismo etíope é o da abertura de circuitos que consintam a valorização das potencialidades regionais existentes, onde efetivamente há tais condições, ou seja, pelo menos em boa parte do sul e no oeste do país¹⁰.

A realidade não é evidentemente definida de forma tão rígida como gostariam as escolhas políticas do regime; do contrário não se explicaria como este país pudesse sobreviver, mesmo miseravelmente. A separação institucional entre um campo destinado à pura e simples reprodução, e uma cidade destinada a uma espécie de reprodução dependente, na realidade se resolve com uma circulação espontânea que usa de canais subterrâneos e de circuitos informais. Assim como subsiste um vastíssimo setor submerso urbano, assim também persistem circuitos informais de relação com o campo, talvez fundados em afinidades étnicas ou relações familiares, em venda direta ao longo das estradas, em contrabando. Muitas vezes é a proximidade espacial entre um pequeno centro urbano, uma colônia agrícola estatal, uma comunidade de camponeses de suficiente iniciativa, que acaba inaugurando um circuito direto nos dois sentidos. Onde o Estado fracassa, um burro pode ter sucesso.

Notas

1. Pelo menos entre 1985 e 1987, quando na França até os nouveaux philosophes ergueram a voz para defender a organização Médecins sans Frontières (médicos sem fronteira), que estava em conflito com o governo etíope. Era cômodo à direita francesa, naquela ocasião, criticar um governo africano "estalinista". Passada a conjuntura política, já não falam mais da questão. Na Itália, jornais e revistas registraram tardiamente a polêmica, que aliás mais diretamente diz respeito à ação da entidade italiana "Cooperação para o desenvolvimento" e em particular do "Fundo de Ajuda Italiana". Acerca da política de reassentamento, ver nota 6.
2. Sobre o regime passado é fundamental a obra de John MARKAKIS, **Ethiopia, anatomy of a traditional polity**, Addis Abeba, Oxford U.P., 1974, escrita exatamente às vésperas da revolução e ainda em circulação na Etiópia, não obstante o autor (greco-americano) tenha depois desenvolvido uma crítica muito bem fundamentada ao atual regime, num livro de 1978, escrito de cabeça quente após os dramáticos eventos do "biênio vermelho", publicado obviamente na Inglaterra (**Ethiopia, anatomy of a revolution**).
3. Sobre a reforma agrária, é importante a contribuição de Dessalegn RAHMATO, **Agrarian reform in Ethiopia**, Uppsala, Scandinavian Institute for African Studies, 1984.
4. "en effet, el apparaît de plus en plus que l'agriculture entraîne quasi inéluctablement un processus d'urbanisation. Dans pratiquement tous les cas ou l'on est en présence d'une agriculture, quelques millénaires plus tard apparaît le fait urbain" (Paul BAIRCOH, **De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire**, Paris, Gallimard, 1985, p.130).
5. Central Statistical Office, **Census supplement I**, Addis Abeba, 1985. Os dados publicados neste primeiro fascículo dizem respeito ao total da população segundo o sexo e a média dos núcleos familiares por **wereda** (?) e por cidade; consentem assim que se avalie a distribuição da população entre cidade e campo por unidade administrativa.

6. Explicações baseadas também em pesquisas sérias como a de Jean GALLAIS, **Sécheresse - famine - état: le cas de l'Ethiopie**, seguida, no mesmo número da revista **Herodote** (nº 39, dez. 1985, dedicado a "climats et géopolitique"), do artigo de Michel FOUCHER (**L'Ethiopie à qui sert la famine?**) que encontra uma explicação política para tudo, o que, aliás, deixa alguma dúvida. Mais problemáticas são as contribuições de Dessalegn RAHMATO, **Some notes on Settlement and Resettlement in Medekel awraja (Gojam province)**, 9th International Conference on Ethiopian Studies, Moscou 1986, e de Giordano SIVINI, **La carestia e il programma di resettlement in Etiopia**, policopiado, Centro Universitario di Ricerca e Interventi, Università della Calabria, 1986: ambos os estudos relacionam-se com a primeira fase de realização do projeto Tana-Beles do F.A.I. (Fondo Aiuti Italiani). No que diz respeito aos antecedentes históricos das intervenções de reassentamento, vejamos: R.R.C. (Relief and Rehabilitation Commission), **The challenge of drought. Ethiopia's decade of struggle in relief and rehabilitation**, Adis Abeba, 1985, e os trabalhos de Adrian P. WOOD, **Spontaneous agricultural resettlement in Ethiopia, 1950-74**, in: CLARKE, J.I. e KOSINSKI, L.A. (eds.), **Redistribution of population in Africa**, Londres, Heinemann, 1982, e **Population redistribution and agricultural schemes in Ethiopia, 1950-80**, in: CLARKE, J.I. e KOSINSKI, L.A. (eds.), **Population and development project in Africa**, Cambridge, Cambridge U.P., 1985.
7. Um balanço convincente está no estudo de Domenico PATASINI, **La politica di resettlement in Etiopia dal 1975 al 1985. Impatto locale e diserzione** (Daest, Veneza, 1987), baseado na elaboração de dados originais, cuja conclusão é a seguinte: "As razões da falência da política de reassentamento na Etiópia parecem ser devidas à presença de inércias históricas no atual aparelho administrativo e político e a uma escassa percepção das problemáticas de 'contato'. Antes da revolução de 1974, os reassentamentos tinham a finalidade de afirmar no país a supremacia amhara e com ela o seu modo de produção agrícola. Hoje, a emergência lhes

acrescenta significados muitas vezes ambíguos e de fácil instrumentalização. O que ocorreu durante e depois da carestia de 1983-85 já forneceu amplo material de discussão a quem considera a Etiópia um país que deve ser excluído do rol dos países que respeitam constitucionalmente os direitos civis devido aos excessos do atual regime. Contudo, se analisarmos a política de reassentamento desde o fim do 'biênio vermelho' até o início da recente carestia, podemos facilmente observar que na origem de muitos erros há uma reforma agrária inacabada".

8. Na Itália, foi dada a respeito uma rápida informação em **Urbanistica informazioni**, nº 91 (1987), com o dossiê "Il Master Plan di Addis Abeba", organizado por Sandro BRUSQUI. Quanto aos temas desta comunicação, vejam-se as contribuições de Cláudio GREPPI, **Il modello di sviluppo regionale**, e de Domenico PATASSINI, **Gli scenari di piano**.
9. O balanço dos recursos e da ocupação rural e urbana proposto na época do Master Plan para toda a região central (10% da área com 25% da população da Etiópia) mostrava que também as áreas atingidas pela seca (ao norte) e as mais superpovoadas (ao Sul) teriam podido ainda conter, para os vinte anos sucessivos, um aumento populacional próximo àquele devido ao incremento natural (quase 3% ao ano), contanto que se interviesse na estrutura agrária, especialmente nas áreas próximas aos centros urbanos, e no sistema dos centros urbanos intermediários e primários. A distribuição da população no interior da região, em base às estratégias propostas, pode ser sintetizada pelos seguintes valores percentuais:

	1986	1991	2006
Adis Abeba e "core area"	14,16	14,65	14,64
Centros urbanos intermediários	5,04	5,61	6,99
Centros urbanos primários	2,09	3,78	7,28
Áreas agrícolas centrais	7,43	8,13	11,23
Outras áreas agrícolas	71,28	67,84	59,85
TOTAL	100,00	100,00	100,00

(cf. F. GOSEN, C. GREPPI e D. PATASSINI, **A syntetic Planning Region Model (SPREMO output)**, Adis Abeba, AAMPO, 1985).

10. Nesta direção mover-se-á nos próximos anos aquele que é, provavelmente, o mais interessante dos programas nascidos no quadro da nova lei sobre a cooperação italiana (L. 42/87): o projeto integrado de desenvolvimento agrícola (Integrated Development Project) das regiões Arsi-Bale, cujo objetivo é constituir uma base eficaz de oferta - do lado rural - e, ao mesmo tempo, contribuir para a reorientação da procura - do lado urbano - a fim de valorizar os circuitos locais e tendo como perspectiva o alargamento do circuito econômico nacional. Trata-se de um dos primeiros programas em que a lógica da emergência é definitivamente superada.